



CONSELHO CONSULTIVO DO MOSAICO DO BAIXO RIO NEGRO (MBRN)

Memória da 27ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Mosaico do Baixo Rio Negro - MBRN

DATA/HORÁRIO: 12 e 13 de abril de 2023 às 9h.

LOCAL: Híbrido: Fundação (presencial) e videoconferência

PROGRAMAÇÃO

1º DIA – 12 de abril de 2023 (quarta-feira)

08h30	Café da manhã
09h00	Abertura– Marco Antônio Vaz de Lima – Presidente do Conselho
09h10	Apresentação dos participantes
09h30	Encaminhamentos da 26ª reunião do Conselho e distribuição da Ata impressa para participantes que não puderam lê-la digitalmente – Marina Antongiovanni
09h50	Atualizações sobre o Projeto Rotas e Pegadas – Fabiano Silva (FVA)
10h20	Dúvidas e sugestões
10h40	Intervalo
10h50	Segurança Pública no Mosaico do Baixo Rio Negro – Ricardo Daniel Pedroso (Amazonas Cluster de Turismo)
11h20	Dúvidas e sugestões
11h40	Novidades sobre o Aplicativo Pegadas – Ingrid Fagundes (FVA)
12h00	Dúvidas e sugestões
12h20	Atuação da SEDECTI: estruturação da bioeconomia e acesso à internet - Biatris Lima Rocha e Karla Arakaki (SECTI)
12h40	Dúvidas e sugestões
13h00	Almoço
14h30	Projeto Art&Com Saúde: arte e vacinação – Marina Antongiovanni (FVA)
14h50	Dúvidas e sugestões
15h00	Merenda
15h20	Projeto Art&Com Saúde: comunicação e formação de jovens – Maurília Gomes (FVA)



15h40	Dúvidas e sugestões
16h00	Geração de Renda para Agricultores Familiares (elaboração de projetos para o PRONAF Floresta e outros) – José Eduvicio Caldeira “Zezinho” Instituto IADESAM em parceria com a Associação Amazonense de Municípios
16h20	Dúvidas e sugestões
16h40	Informe sobre Projeto de Pesquisa de Rozana Trilha, doutoranda em Ecologia Humana pela Universidade Nova de Lisboa.
17h00	Encerramento

2º DIA – 13 de abril de 2023 (quinta-feira)

08h30	Café da manhã
09h00	Abertura do dia – Marco Antônio Vaz de Lima
09h10	Estudos futuros - Marianna Birmoser Ferreira-Aulu (Universidade de Turku, Finlândia)
09h30	Dúvidas e sugestões
09h50	Devolutivas e caminhos futuros do Projeto MBRN - Diego Gobbo (Unicamp/IDSM)
10h10	Dúvidas e sugestões
10h30	Intervalo
10h40	O Conselho do Mosaico no Novo Contexto Político – mediador: Carlos Durigan (WCS)
11h10	Conversas aberta sobre a situação da Resex Baixo Rio Branco Jauaperi
11h40	Aprovação da Ata da 25ª Reunião do Conselho do MBRN
12h00	Informes <ol style="list-style-type: none">1. Apresentação Projeto Pesquisa – Rodrigo Duarte2. Informes sobre a atuação da WCS Brasil no Mosaico – Carlos Durigan3. Oficina de Protagonismo Jovem no Mosaico4. Empossamento dos representantes do ICMBio no Conselho
12h40	Encerramento
13h00	Almoço



conselheiros e convidados que estão participando de forma híbrida (virtual e presente), na Fundação Vitória Amazônica e fez a apresentação da pauta da reunião e apresentação dos participantes.

Sobre os **Encaminhamentos da reunião anterior**, Marina Antongiovanni da Fonseca (FVA) fez uma leitura de cada encaminhamento levantado e em qual status se encontram. Em relação à Moção sugerida pelo Francisco Borges (Peba), solicitando fiscalização nos flutuantes de interação com botos não foi encaminhada, mas se comprometeu em conversar com a Sannie Muniz Brum para escrever a minuta da Moção. Sobre a Moção de Repúdio ao governo por conta da ocupação desordenada na APA Tarumã-Ponta Negra, sugerida pela Juliana, foi encaminhado uma minuta por WhatsApp, porém não houve continuidade. As demais demandas não foram atendidas.

Sobre o **Projeto Rotas e Pegadas** financiado pelo LIRA, Fabiano Silva (FVA) contextualizou sobre o *status* de implementação do Projeto, iniciado em Outubro de 2021, em parceria com diversas Instituições. Fabiano apresentou rapidamente sobre os produtos a serem entregues, como: 1) Formação de lideranças jovens do MBRN, onde já ocorreram quatro oficinas de capacitação – realizado pelo consultor Marcos Pinheiro e encerrado em março de 2023; 2) Plano de Educomunicação do MBRN, em fase de finalização, aguardando o relatório do consultor Marcos Pinheiros; 3) Elaboração dos Roteiros Turísticos para o MBRN, liderado pelo grupo de trabalho composto por Pedro Meloni (Instituto Mamirauá), Josângela Jesus (ICMBio) e Suzi Simoneti (UEA), onde foi realizado o mapeamento dos atrativos turísticos das comunidades localizadas no rio Negro – produto final é um site com todas as informações levantadas e roteiros turísticos ofertados na região do MBRN para divulgação de forma a estimular o turismo de forma ordenada na região; 4) Apoio ao ordenamento do turismo com botos na APA Margem Direita do Rio Negro, atividade liderada pela AMPA; 5) Apoio ao Ordenamento de atividades pesqueiras no MBRN: a) apoio ao manejo do pirarucu na RDS Amanã e RESEX Unini, com algumas atividades de capacitação com os manejadores pendentes; b) apoio à construção do Termo de Compromisso de pesca para o PARNA Anavilhanas, onde foram realizadas reuniões de mobilização e construção das normas e regras do TC envolvendo as comunidades localizadas nas UC do entorno do PARNA Anavilhanas. Pendência de apresentação e validação do TC junto ao Conselho Consultivo do PARNA; c) apoio ao manejo do peixe ornamental na RDS Amanã, que se encerra neste semestre; d) organização comunitária para pesca esportiva no rio Unini, onde ocorreu apoio a quatro Assembleias da AMORU, reuniões em todas as comunidades do rio Unini construção de como as comunidades almejam trabalhar com a pesca esportiva, mediante o desembargo desta atividade no rio Unini. Houve uma consulta pública na comunidade Tapiíra, com a presença de representantes do Ministério Público para tratar do assunto; 6) Desenvolvimento de um aplicativo para Gestão da Economia Familiar, em andamento com previsão de lançamento em Agosto do corrente ano; 7) Monitoramento de Riscos Socioambientais e Elaboração de Cenários, em andamento e, com o apoio da UNESCO, estende-se para toda a área da Reserva da Biosfera. Como produto, também haverá relatório a ser elaborado pelo Marcelo Brasa, com a identificação de áreas potenciais no território do MBRN para desenvolver projetos de crédito de carbono (REDD e REDD+); 8) Apoio à Governança e Secretaria Executiva do MBRN, há uma extensão de prazo até dezembro de 2023, podendo ocorrer mais duas reuniões de Conselho. Fabiano informou que, após a conclusão deste Edital LIRA, o IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas tem a intenção de lançar um novo Edital LIRA 2 e poderá ser a oportunidade de dar manutenção a diversas atividades no MBRN, como apoio à Governança, apoio aos grupos de manejadores, etc. Fabiano informou que está em negociação de cooperação com a UNESCO sobre a possibilidade deles absorverem o apoio ao MBRN no contexto da Reserva da Biosfera, em várias frentes, sendo uma delas a governança do Mosaico. Nailza Porto (IPÊ) complementou que o Edital LIRA 2, a ser lançado em 2024, prevê mais apoio à pesquisa e irá expandir o apoio para as iniciativas de projetos com até 150 mil reais. Hoje são 45 projetos apoiados pelo LIRA e a intenção é abranger um total de 60 iniciativas. Pedro Meloni informou que a Oficina relacionada ao produto de mapeamento dos atrativos turísticos do Edital LIRA, ocorrerá entre os dias 14 e 16 de junho. Ângela Midori (ICMBio) questionou se



haveria algum saldo para apoio ao Termo de Compromisso da Pesca de Subsistência no PARNA Anavilhanas e Fabiano disse que há um saldo restante que poderá ser utilizado conforme necessidade, ou pra reunião de Conselho ou para alguma atividade relacionada ao referido Termo. Carlos Durigan (WCS Brasil) perguntou se os produtos estão sendo disponibilizados no site da FVA e se tem intenção de realizarem algum evento específico de encerramento apresentando os produtos. Fabiano esclareceu que os produtos serão apresentados na última reunião do Conselho do MBRN para validação, podendo ocorrer em julho ou outubro. **Sugestão:** disponibilizar todos os documentos referente ao projeto Rotas e Pegadas num drive para compartilhar com todas as pessoas interessadas.

Sobre a **Segurança Pública na Região do Baixo Rio Negro**, o Capitão Diego Magalhães, Secretário Executivo do Gabinete de Fronteiras, é responsável pelas políticas de segurança nas áreas de fronteira e de interesse da Segurança Pública, como é o caso da calha do rio Negro. O Capitão Magalhães informou sobre a implantação da Base Arpão I, na calha do rio Solimões, sendo uma referência nacional. Diante disto, as infrações/crimes passaram a ocorrer em outras calhas de rios. O rio Negro passou a ser rota e local de ocorrência criminais e, portanto, passou a ser prioridade de ação, onde o Governo do Estado do Amazonas propôs a implantação de uma Base Arpão II, com previsão de iniciar os trabalhos até o meio do corrente ano. O Capitão Magalhães informou que estão aguardando a previsão orçamentária para iniciar a implantação desta Base, na divisa do município de Novo Airão com Barcelos, de forma que coíba o tráfico de entorpecentes, os crimes ambientais. Ele se dispôs a saber qual a demanda referente à Segurança Pública, uma vez que, os conselheiros conhecem bem a região do baixo rio Negro para poderem estabelecer parcerias com outros órgãos, como ICMBio, e atuarem juntos a fim de coibir os crimes ambientais que ocorrem na calha do rio. Carlos Durigan lembrou que na época do Projeto Corredores Ecológicos, houve um processo de construção de um plano voltado à fiscalização para a região do baixo rio Negro. Este plano previa a instalação de uma Base de Fiscalização Flutuante e, também, fiscalização pela via terrestre para coibir crimes ambientais como desmatamento, caça, abertura de ramais em áreas protegidas. Carlos Durigan **sugeriu** realizar um diagnóstico na região, englobando a parte de Inteligência e dos aspectos sociais, econômicos e ambientais focada nas ações de Segurança. Como já existe diversas informações ao longo dos anos, Carlos disse que poderia juntar e somar esforços para constituir um diagnóstico voltado para ações de Segurança. O Capitão Magalhães acatou a sugestão e disse que irá sugerir na Secretária de Segurança Pública a formação de uma Câmara Técnica dentro do Gabinete para tratar desse assunto com maior profundidade. Ele informou que há um outro Gabinete que trata das questões de invasões de terras, sendo necessário integrar as equipes para melhor abordar estas questões de crimes ambientais, tanto pela via fluvial como pela via terrestre. Marina A. da Fonseca lembrou que houve já reunião com a presença de representantes do Comando Militar e foi compartilhado com eles o documento realizado no âmbito do Projeto Corredores Ecológicos e que poderá compartilhar também com o Gabinete de Fronteiras havendo interesse. **Como encaminhamento**, agendar uma reunião presencial em Novo Airão para iniciar as tratativas de formação de Câmara Técnica e aprofundar nos levantamentos sobre o assunto. Ricardo Pedroso (Amazonas Cluster) informou que foi formalizada a instalação de uma Base Fluvial no rio Negro, em 2017, e citou a região do estreito como sendo o melhor local de instalação da Base para abranger a região também do Arquipélago de Anavilhanas e das comunidades que se localizam no baixo rio Negro que vem sofrendo ações de furtos, homicídios, pirataria, crimes ambientais, etc. O Capitão Magalhães disse que eles mapearam 3 pontos na calha do rio Negro passíveis para implantação da Base Flutuante que podem ser avaliados na reunião presencial com todos os interessados, para que a Base seja de fato mais eficaz no combate aos ilícitos. Francisco Borges (Seu Pega) disse que precisaria ter mais rondas pelo rio, assim como ocorre na sede das cidades, pois a presença de policiamento nas vias fluviais inibiria as ações de pirataria, furtos e até mesmo homicídios. Seu Pega lembra que, em 2004, foi discutida a instalação de uma Base de fiscalização no estreito e outra Base na estrada AM-070. Capitão Magalhães informou que a presença da Polícia Militar, em parceria com a Polícia Federal, é expressiva na calha do rio Negro para o combate ao narcotráfico. Sobre a colocação de Seu Pega em relação ao



Flutuante que se encontra na Marinha do Davi, ele informou que já houve tentativa de utilizá-lo com o propósito para apoio às operações de fiscalização, porém este flutuante é destinado à educação ambiental, porém, levará esta sugestão ao Comando da Polícia Militar. Nailza reforçou a importância da criação deste Grupo de Trabalho para que se pense em todas as demandas para a Base, considerando a segurança, a atividade de fiscalização e monitoramento dos Termos de Compromisso e de Instruções Normativas que vem sendo publicadas, por exemplo, a de pesca esportiva, bem como o custo operacional da Base de forma a auxiliar na captação de recurso financeiro para a manutenção da Base. Viceli Siqueira da Costa (ACS RDS Rio Negro) sugeriu que o melhor ponto para implementação da Base seria no estreito e, recentemente, houve assalto numa das Pousadas instaladas no Lago do Acajatuba, trazendo prejuízo tanto ao proprietário da Pousada como aos hóspedes. Viceli **solicitou** que se tenha um Posto de policiamento no Lago do Acajatuba, de forma a coibir os delitos que ocorrem na região. Na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro está sendo construída pelos comunitários, uma Base para abrigar o efetivo da Polícia como apoio para as ações de policiamento na região do Lago do Acajatuba e patrulha pela via terrestre no ramal, principalmente neste período de alta do turismo. **Solicitou** que o Capitão Magalhães entre em contato com o Coronel Freitas a fim de poder somar esforços para auxiliar nesta demanda de policiamento. O Capitão Magalhães se comprometeu em passar a demanda ao Coronel responsável pelo Interior para que ele repasse a demanda ao Coronel Freitas. Em relação ao questionamento da Marianna Ferreira-Aulu sobre algum aplicativo para mapeamento de crimes, o Capitão Magalhães disse que mapeiam por meio de registros de ocorrência. Disse que a participação social é feita pelo Disk Denúncia 181, não havendo uma ferramenta específica para isto. Rocilda Silva atua como guia de turismo no rio Negro e deu seu depoimento sobre como vem atuando com receio de assaltos aos barcos que atuam com turismo. Capitão Magalhães disse que, com a implantação da Base Arpão II, aumentará o patrulhamento na calha do rio Negro o que irá coibir as ações de piratas, etc., dando maior segurança aos moradores, aos empresários que atuam com turismo na região do baixo rio Negro. Marco Antônio solicitou que o Governo se atente às falas das pessoas nesta reunião e levem em consideração no momento em que o Governo definir o local para a Base Arpão II e colocou à disposição toda documentação já elaborada para o MBRN para auxiliar na tomada de decisão. Por fim, enfatizou que as duas Bases são importantes de serem implantadas, tanto via fluvial como via terrestre (AM-070).

Sobre o **Aplicativo PEGADAS**, Ingrid Fagundes apresentou as atividades ocorridas desde setembro para elaboração do aplicativo que é o produto 6 do Projeto Rotas e Pegadas. Ocorreram duas oficinas online, uma para identificação visual Pegadas e outra para validação de atributos do aplicativo. Houve também, em Outubro, uma oficina de validação de experimentação do aplicativo, com a participação de moradores da RDS Rio Negro, PARNA Jaú, etc., contemplado uma diversidade de pessoas com diferentes atividades em suas comunidades. Nesta oficina, ocorreu a entrega de celulares às associações do baixo rio Negro, para que o grupo de usuário possa acompanhar o desenvolvimento do aplicativo. Ocorreu também a integração de novos usuários do grupo de desenvolvimento do aplicativo, bem como a definição da identidade visual do PEGADAS. No momento, já foi feito teste offline do aplicativo com as comunidades da RESEX do Rio Unini e da RDS Rio Negro, de forma a avaliar e promover melhorias necessárias. Dentre as atividades contínuas do PEGADAS, Ingrid citou o acompanhamento técnico junto ao desenvolvedor do aplicativo e junto ao grupo de usuários, o levantamento de informações, a organização e elaboração de conteúdo. Como próximos passos, tem-se a construção da Política de Dados e a adequação de linguagem e conteúdo. O aplicativo terá funcionalidade online e offline para que o grupo de usuários possa coletar os dados e, quando houver possibilidade de acesso à internet, as informações serão enviadas. Raimundo Leite (presidente da ACS da RDS Puranga Conquista) agradeceu à equipe da FVA pelo desenvolvimento do aplicativo e, neste processo, houve o processo de conexão entre as lideranças das diversas áreas protegidas do MBRN. Nailza perguntou se há intenção de integrar informações sobre serviços (turismo) no aplicativo e qual o modelo de celular utilizado, bem como se haverá novas capacitações para novos usuários. Ingrid esclareceu que as informações sobre a cadeia do turismo estarão contempladas no aplicativo, via missão. Sobre os celulares, foram entregues 32 unidades e a ideia é que o aplicativo funcione em Android e,



posteriormente, em IOS, considerando o avanço da tecnologia dos celulares e as necessidades de atualizações do aplicativo. Ingrid ressaltou que, tem-se em mente, idas às comunidades para apresentação do aplicativo e estará disponível, futuramente, para download de forma gratuita. Carlos Durigan falou sobre preocupação em relação aos dados de monitoramento, que devem estar disponíveis aos manejadores, aos gestores, porém, ao público em geral, é preciso ter cuidado nesta divulgação dos dados de monitoramento. Carlos disse que já foi elaborado um plano de monitoramento do MBRN, apoiado pelo WCS Brasil, e há elementos no plano que pode auxiliar na dinâmica dos dados coletados e como estes dados podem ser úteis nas questões de manejo. Ingrid esclareceu que as informações coletadas integrarão o banco de dados e existe a preocupação com a Política de Dados que precisa estar descrita para que os diferentes usuários saibam que informações poderão ser disponibilizadas. Fabiano Silva (FVA) ressaltou que o aplicativo será gratuito, simples e poderá ser utilizado em qualquer região da Amazônia, de forma intuitiva, e complementou que se tem feito esforço para que o aplicativo PEGADAS não seja entendido apenas como aplicativo de monitoramento, mas como uma ferramenta de apoio à gestão de atividades domésticas e cotidianas de comunidades e populações amazônicas, não apenas como uma ferramenta de pesquisa ampla de determinadas atividades. Ângela Midori (ICMBio) chamou a atenção sobre a exposição das informações para que não exponha as fragilidades de associações e citou como exemplo a experiência do Formar Castanha. Sugeriu que, para dados mais sensíveis, haja uma Curadoria que analise a possibilidade de disponibilizar as informações com critérios a serem estabelecidos.

Sobre a **SEDECTI – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação**, Karla Arakaki e Biatrix Rocha explicaram a estrutura organizacional e a atuação da SEDECTI. Nesta estrutura, tem a SECTI – Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Inovação que trata da formulação, coordenação e execução de políticas públicas de CT&I, em conformidade com as diretrizes e metas governamentais. Dentre as ações executadas pela SECTI, tem-se: a estruturação para laboratórios de castanha-do-Brasil que sejam credenciados junto ao MAPA para emissão de laudo e certificação de qualidade da castanha do Estado; InovaSocioBio Amazonas que visa fortalecer a cadeia produtiva da castanha-do-Brasil, do pirarucu selvagem e do guaraná; Rede de conhecimento produtivo, priorizando as cadeias do açaí, castanha-do-Brasil e borracha natural busca parcerias para o desenvolvimento de ações estratégicas e a promoção da rastreabilidade dos produtos de origem no Amazonas; Fórum Origens Amazonas, criado com o objetivo de apoiar a certificação de indicações geográficas e marcas coletivas no Amazonas. Outras pautas da SECTI são: Seminário de Bioeconomia e Negócios Sustentáveis, Parque Tecnológico de Manaus em parceria com o SEBRAE; Salas de inclusão digital no Amazonas em parceria com o Descarte Correto; Geoparque Cachoeiras do Amazonas; Observatório de Turismo da UEA; Produção dos fornos para a torra de guaraná para testes de geopolímeros; Rede Rhisa que é uma plataforma digital com o objetivo de unir pesquisadores que atuam na região Norte. Núcleo Municipal de Inovação de São Gabriel da Cachoeira (NUMAI) com o intuito de captação de recurso para tecnologia; Parque Científico Tecnológico do Alto Solimões (PACTAS); Conectividade Alto Solimões; Sistema Estadual de Dados de Produção que visa desenvolver uma plataforma para estruturação de dados de produção, com a disponibilização dos dados para os Órgãos do Estado. Na SEDECTI, tem as Câmaras Setoriais (Agroindústria, Bioindústria, Comércio e Serviço, Indústria, Micro e Pequenas Empresas, Recursos Minerais, Turismo) que recebem as demandas da sociedade civil. Karla disse que é bem interessante o acompanhamento das atividades Câmara Setorial do Turismo e levar demanda para que o Governo tenha a possibilidade de atender. Seu **Zezinho**, falou sobre o Fundo de Fomento ao Turismo, Infra-Estrutura, Serviço e Interiorização do Desenvolvimento do Estado do Amazonas (FTI), criado no Governo do Amazonino, que arrecada recurso das empresas e, segundo ele, houve uso indevido do recurso do FTI, com desvio de finalidade e não foi aplicado onde deveria ser aplicado, como na SEDECTI. Ele fez um desabafo que é preciso acompanhar o uso deste recurso e cobrar da Assembleia Legislativa que aprova o uso do recurso. Rocilda questionou se a Câmara Setorial de fato irá funcionar, pois quando participava da Câmara Setorial do Turismo, os conselheiros tinham que validar e assinar a Ata da reunião passada que, em muitos casos, a pessoa nem tinha participado. De fato, Karla explicou



que as Câmaras Setoriais ficaram sem funcionamento e que, agora, haverá uma reestruturação das Câmaras para serem reativadas. Raimundo discorreu sobre os produtos artesanais que são produzidos com matéria-prima da floresta pelas mulheres da RDS Puranga Conquista e questionou como a SECTI pode auxiliar na certificação destes produtos, que é burocrático, para serem inseridos no mercado nacional e internacional. Biatris informou que esta demanda será levada à SECTI, lembrando que, no momento, está se estruturando, para ver qual o encaminhamento a ser tomado. Carlos Durigan falou sobre a dinâmica do uso de produtos não madeireiro, como o arumã, o cipó, os óleos e essências, e produto madeireiro como o uso de refugo de madeira e seria interessante considerar o manejo que vem sendo realizado para usar esses materiais para fins de certificação.

Sobre o **Projeto Arte & Comunicação em Prol da Imunização Contra a Covid-19**, Marina Antongiovanni da Fonseca (FVA) discorreu sobre a idealização do projeto durante a reunião do MBRN, em 2021, por conta da baixa vacinação contra a Covid-19 na população de Novo Airão. Foi submetida uma proposta à chamada de projeto PPA Solidariedade: Resposta à Covid-19 na Região Amazônica Brasileira, com recurso da USAID por intermédio da The Palladium, voltada à projetos que trouxessem uma maior taxa de vacinação nos municípios amazônicos. O Projeto Art&Com Saúde foi contemplado e tem três eixos principais: arte, vacinação e comunicação. Por meio do eixo Arte, o projeto visa sensibilizar as pessoas, desmistificando as *Fake News*, a tomarem as doses da vacina, elevando a taxa de vacinação em Novo Airão. As ações envolveram a cidade, as escolas e as comunidades (ribeirinhas e estradas). Dentre as atividades, tem-se: contador de estórias nas escolas, onde as crianças eram vacinadas após a atividade por iniciativa própria; Festival Art&Com Saúde na Praça Central, com apresentação de diversos artistas e oficinas, onde havia a tenda de vacinação para atendimento ao público em parceria com o PNI/SEMSA. Como resultado do projeto, já houve um total de 1.896 pessoas vacinadas por conta das ações de sensibilização desenvolvida com o público em geral. Marina informou que haverá uma premiação de tablets e celulares, no dia 26 de maio, voltada para todos que se vacinaram desde o início do projeto. Também, neste dia, haverá o lançamento do documentário sobre o projeto, com apresentação na Praça Central. Em relação ao eixo Comunicação, Maurília Gomes (FVA) explanou sobre as atividades desenvolvidas que envolveu a capacitação de oito jovens comunicadores, na faixa etária de 17 a 29 anos. O Plano de Capacitação Jovens Comunicadores foi dividido em módulos, sendo eles: noções de comunicação, oralidade e *storytelling*, campanha institucional e promocional, mídias digitais, fotografia, produção audiovisual, cobertura colaborativa, notícias x *Fake News*, podcast e radiojornalismo. Ao longo da formação, Maurília discorreu que o intuito também era que os jovens desenvolvessem um olhar diferenciado para a cidade de forma a perceber as demandas de Novo Airão que eles pudessem desenvolver. Neste momento, a equipe do projeto está finalizando a estruturação da Central de Mídia para que estes jovens comunicadores possam utilizar o espaço com os equipamentos necessários. A finalidade da capacitação aos jovens envolve tanto aprendizado pessoal como a função de sensibilizar a população de Novo Airão sobre a importância da vacinação. Viceli comentou que na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro há pessoas que não tem documento, portanto, não foram vacinadas por não terem CPF e perguntou se o projeto pode vacinar essas pessoas que não tomaram as doses contra Covid-19. Complementou que estes casos sirvam de alertas às Secretarias Municipais para que façam uma força-tarefa de irem às comunidades para emissão de documentos. Marina esclareceu que há intenção de dar continuidade ao projeto Art&Com mais abrangente, não envolvendo só a saúde e em relação ao questionamento de vacinar as pessoas que não tem documentação, irá perguntar aos responsáveis pela vacinação.

Sobre o **PRONAF**, o Zezinho esclareceu que há várias linhas de crédito para fomentar a produção familiar na zona rural. E, como agricultor familiar, tem o entendimento que abrange o assentado da reforma agrária, o quilombola, o artesão, o arrendatário, o eventual que auxiliar pontualmente numa atividade agrícola. A agricultura familiar vem tendo atenção especial no atual Governo, e é considerado como agricultor familiar aquele que tem até 4 módulos fiscais (1 módulo fiscal em Novo Airão tem 80 hectares), para estes, existe a possibilidade de desconto nos juros do financiamento. O Estado do Amazonas, segundo informações, acessa



muito pouco o crédito do PRONAF, por conta da falta de documentação exigida, como DAP, CAR. Zezinho enfatizou a necessidade da união com as Organizações Não Governamentais para ajudar as comunidades terem acesso aos diversos recursos financeiros disponíveis para agricultura familiar. Em relação ao crédito de carbono, é preciso se ter informações certas sobre quanto, de fato, a floresta sequestra carbono, pois as informações repassadas são desconstruídas e, quando houver possibilidade de benefícios de crédito de carbono, as informações estejam coerentes para que os municípios tenham acesso ao crédito de carbono. Zezinho citou a FVA como uma das instituições que visitou os municípios para falar sobre crédito de carbono e Fabiano esclareceu que houve uma participação junto com a Fundação Amazônia Sustentável (FAS), em 2017/2018, para construção da salvaguarda socioambiental para projetos de REDD no Amazonas, em parceria com o GCF. Este processo já foi finalizado e a FVA não faz parte do escopo de instituições em parceria com a FAS que vem dando continuidade às atividades nos municípios alvos. Fabiano complementou que a FAS continua dando crédito à FVA sem a devida autorização da Instituição. Karla endossou a fala do Zezinho, em relação à dificuldade de acesso aos recursos do PRONAF, muito por conta de documentação e regularização fundiária e se dispõe a articular com o IDAM para resolver estas questões.

Como encaminhamento, o GT relacionado à Segurança Pública, para participar da reunião citada pelo Capitão Magalhães e de demais desmembramentos, será formado por Marco Antônio (SEMAS Manaus), Ricardo (Amazonas Cluster). Sugestão do Carlos Durigan é a contratação de pessoal para realizar um diagnóstico mais minucioso e Raimundinho enfatizou que, na atual situação, torna-se perigoso o levantamento sobre a criminalidade nas comunidades e este assunto foi discutido na reunião do Conselho Deliberativo da RDS Puranga Conquista, onde ficou decidido que os comunitários se resguardem para não sofrerem alguma represália dos criminosos. Marina sugeriu que o GT contribua pontualmente em assuntos que possam opinar e, conforme os resultados vão surgindo, acentua-se a participação do GT e, neste momento, um dos assuntos que é senso comum para discussão refere-se à localização da Base Arpão II, o que foi endossado por outros conselheiros.

Sobre a **Associação Zagaia**, é uma associação sem fins lucrativos que atua na região amazônica no desenvolvimento de projetos na área de Economia Criativa, que envolve design, cultura, educação, artesanato e turismo. A Rosana Trilha apresentou os projetos desenvolvidos sendo que um deles envolve a criação de um Banco de Fotos. Dentre as atividades, ocorreram oficinas criativas com jovens de comunidades, para que eles pudessem tirar fotografias e inserir na plataforma do banco de imagem Amazônia Stock. Na comercialização da foto, parte da venda é revertida para as comunidades, sendo 20% do valor destinado ao fotógrafo e 25% destinado à comunidade. O restante de 55% do valor fica para a Associação Zagaia para gastos com a administração e organização de novas oficinas criativas. Além disso, outros projetos são Feira Povos Criativos em parceria com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado do Amazonas, trazendo a parte de negócio, de sustentabilidade e de inovação; o site ViverAmazônia.com, em parceria com o SEBRAE/AM para promoção dos negócios do turismo de experiência na Amazônia; o projeto Trama Canoê que é a exposição da produção artesanal ancestral dos povos originários do Amazonas no CRAB, Rio de Janeiro. Na linha do Artesanato, eles auxiliam em consultorias e projetos especiais para modelagem de negócios, design de serviços, desenvolvimento de produtos, acesso a mercado, visibilidade no mercado nacional e internacional, feiras, plataforma Jirau da Amazônia. A Rosana é doutoranda em Ecologia Humana, pela Universidade Nova de Lisboa, e pretende realizar um projeto de investigação para avaliar a possível influência das comunidades tradicionais e dos povos indígenas nas atitudes pró-ambientais dos turistas que experienciam o Turismo de Base Comunitária (TBC) na Amazônia, entendendo quais as motivações das pessoas que moram nos grandes centros podem ter em relação ao TBC e o que isso pode agregar no modo de vida delas. O público foco de sua pesquisa envolve brasileiros e estrangeiros. Marina fez um questionamento se o turista que busca o TBC já seria mais sensível e movido pela ideia ambientalista, tornando-se ainda mais defensor das questões ambientais após sua experiência com o TBC. Marina chamou a atenção para se ter um cuidado de não confundir algo que já é um



predispósito do turista em ter atitudes ambientalistas daqueles que mudaram por conta da experiência e quais foram as motivações. Jonas da Rosa Gonçalves (ACT) corroborou com a colocação de Marina e perguntou como se dará o envolvimento das comunidades na pesquisa e o retorno das informações a elas. Rosana esclareceu que gostaria de ter a percepção tanto do turista como dos comunitários, porém é preciso aprimorar o desenho metodológico com sua orientadora. Carlos Durigan parabenizou pelo estudo e que, a partir dos resultados, pode-se pensar em estratégias de reconexão entre os moradores de área urbana com a natureza, bem como o resgate cultural quer seja por meio do artesanato, da língua, etc. Seu Peba enfatizou que seria interessante pensar em estratégias de como o comunitário pode dispor de seus produtos artesanais para lojas.

Como informes, tem-se: 1) Rocilda apresentou o IntegraTur da Amazônia (empresa de turismo) e falou sobre o desafio de criar um produto turístico sustentável que aumente o fluxo de turistas no Amazonas, diminua a pressão sobre a floresta e traga benefícios social para as comunidades. A proposta é estabelecer uma estação de balonismo para passeio pelas ilhas de Anavilhanas em parceria com a comunidade Bela Vista do Jaraqui (RDS Puranga Conquista). A equipe técnica envolve parcerias com a Confederação Brasileira de Balonismo, a RDS Puranga Conquista e a intenção é ofertar o serviço no período da seca. Para início, a Confederação Brasileira de Balonismo faz uma visita técnica para avaliar a possibilidade de implementar a atividade de balonismo na região do baixo rio Negro. Raimundo chamou a atenção de ter o nome da RDS Puranga Conquista envolvido no projeto sem ter havido qualquer contato com as comunidades da Unidade de Conservação para apresentação da proposta e seria fundamental ter a participação das lideranças comunitárias para manifestar apoio e interesse em fazer parte da referida proposta. Rocilda se retratou dizendo que a apresentação mostra uma projeção de valores de ganho e que os benefícios serão repartidos com as comunidades, por meio de serviços ofertados. Raimundo esclareceu que é preciso ajustar valores, conversar com as comunidades sobre a proposta. Leila Matos (ICMBio) recomendou que haja uma comunicação deste projeto às comunidades, com registro em Ata, e solicitou que o responsável pelo projeto encaminhe ao ICMBio NGI Novo Airão para que se possa abrir um processo interno a fim de consultar a legislação vigente em relação ao uso do espaço aéreo em Unidade de Conservação.

MEMÓRIA DA REUNIÃO NO 2º DIA (13 de abril de 2023)

Marco Antônio Vaz de Lima fez a abertura do segundo dia de reunião do Conselho Consultivo do MBRN, dando boas-vindas aos participantes, tanto presencial como virtual. Em seguida, apresentou a programação do dia e deu prosseguimento à reunião.

Sobre a **Proposta de contribuição ao planejamento estratégico do MBRN**, Marianna Birmoser Ferreira-Aulu, doutoranda pela Universidade de Turku, Finlândia, atua na área de estudos de futuros e citou algumas atuações como estudo de futuro com alimentos sustentáveis na região dos Andes, métodos pedagógicos para letramento em futuros. No doutorando, vem trabalhando sobre futuros para a Amazônia brasileira. O título do projeto de doutorado é *Amazônia 2040: Criando cenários futuros de forma colaborativa em unidades de conservação no Baixo Rio Negro*. Marianna explicou que cenários futuros são representações de possibilidades de futuros descritos em forma narrativa, que possam existir, podendo ser desejáveis ou não, prováveis ou não. O principal propósito do cenário é ajudar a imaginar os possíveis futuros e, em paralelo, a forma como imagina-se o futuro, molda as ações e decisões no presente. Marianna apresentou de forma sucinta como serão feitos os cenários, por meio da construção da “Árvore do Futuro” por meio de mapeamento participativo, considerando os aspectos político, econômico, social, tecnológico, ambiental e cultural. Explicou que este exercício de co-criar cenários podem ajudar os conselheiros do MBRN a criarem uma visão unificada de futuro preferível e ajudar a pensar em planos de ações concretos e auxiliar na construção de projetos e propostas para submissão a vários financiadores. Carlos Durigan comentou que as Instituições têm seus planos de futuro, mas no contexto de Mosaico, o planejamento realmente é mais de curto prazo. Explanou sobre a discussão de cenários de futuros já pensados, tendo a conservação como foco, e sobre os processos de criação das unidades de conservação de uso



sustentável bem como de redelimitação de unidades de conservação de proteção integral. Enfatizou que este exercício de criação de cenários futuros é bem interessante, pois trará elementos dos cenários individuais das Organizações, auxiliando a criação de cenário de futuro, até mesmo para direcionar o planejamento de ações de curto prazo. Ricardo também se colocou à disposição para auxiliar em que for preciso na execução do projeto de doutorado. Marina enfatizou que os resultados da pesquisa contribuirão na construção do planejamento de ação no MBRN, considerando os resultados do trabalho apresentado pelo Marcos Pinheiro em reuniões passadas, tendo em vista cenários de futuro mais provável, mais desejável e mais diferente, como foi complementado por Marianna. Nailza comentou que seria interessante também, considerando o cenário de crise enfrentado por conta da Covid-19, pensar um plano ou protocolo de administração de crise ambiental, sanitária, etc., em cenário caótico.

Sobre **Devolutivas e Caminhos Futuros do Projeto MBRN**, José Diego Gobbo Alves apresentou os resultados do projeto *Populações tradicionais em áreas protegidas: dinâmicas socioambientais e gestão de Unidades de Conservação no Mosaico Baixo rio Negro, no Amazonas*, cujo objetivo foi caracterizar as condições de vida, da mobilidade de uma parcela da população, das mudanças da cobertura da terra, etc., e como é a correlação dessas dinâmicas socioambientais. Ao todo, foram 121 entrevistas com lideranças comunitárias para levantamento de questões de infraestrutura/saúde/economia, 660 entrevistas nos domicílios para levantamento demográfico/socioeconômico e mapeamento de 36 comunidades com o uso de drone. Diego apresentou o mapa interativo do MBRN, com a plotagem das comunidades, faltando plotar comunidades. Dentre os produtos da pesquisa, ele apresentou os artigos científicos publicados e em elaboração ou avaliação sobre os temas: população e mudanças climáticas; Covid-19; rede urbana e mobilidade; fragmentação e desmatamento; uso de tablets em trabalhos de campo; multilocalidade; desafios na gestão do MBRN; mapeamento com drone na Amazônia; futebol e organização socioespacial. Em relação aos produtos de compartilhamento de dados e divulgação científica, tem-se um bando de dados para compartilhamento de parte dos dados coletados e formulários estruturados com as perguntas aplicadas em capo para serem importados em softwares de pesquisa. Diego informou que também já está disponível na plataforma o Mapa Interativo do MBRN, com informações coletadas das comunidades, como: dados de população, limites das unidades de conservação, dados de uso e cobertura da terra. Outro produto apresentado é o Atlas Digital do Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo rio Negro, neste produto não há informações sobre a biodiversidade da região, porém é possível agregar as informações que as Instituições tenham e queiram compartilhar. Como próximos passos, Diego destacou a análise dos dados coletados e produção de novos artigos científicos; estimular a participação e parceria para o Atlas Digital do MBRN como uma ferramenta colaborativa; atualização constante do Atlas Digital; pensar em um protocolo de compartilhamento dos dados do projeto. Nailza parabenizou pelo trabalho e resultados obtidos e perguntou se houve alguma interação com a professora **Aldeize** que também apresentou pesquisa semelhante e se houve atualização de dados com a elaboração do plano de gestão da RDS Puranga Conquista. Diego informou que é a mesma plataforma, e existe a parceria entre a UNICAMP e o Instituto Mamirauá para complementação de informações de toda região do MBRN. Maurília também parabenizou e disse que muitas informações da plataforma auxiliarão em outros projetos e ressaltou que seria interessante ter um vínculo dos dados da plataforma com o site do MBRN. Em relação ao questionamento de inserção de dados, Diego informou que a gestão e atualização de informações é feita pela equipe do projeto da UNICAMP. Marianna complementou que seria interessante usar o Atlas durante as oficinas participativas de seu estudo e, posteriormente, irá contactar o Diego para afinarem sobre este assunto. Marco Antônio ressaltou a questão de compartilhamento de dados e a importância de definir protocolo de uso dos dados e solicitou ao Diego que repasse a informação ao Professor Álvaro para avançarem nesta pauta. Endereço de acesso ao Atlas: <https://storymaps.arcgis.com/collections/9a783fc997eb4891ba4940da60f4aa82>



Sobre a **atuação de Conselho Consultivo do MBRN**, Carlos Durigan, num panorama geral e no atual contexto político, falou sobre a reativação dos Conselhos, estruturação do FNMA, articulação com o movimento da Rede de Mosaico. Neste novo contexto, ressaltou a importância do fortalecimento da Rede de Mosaico e do Conselho do MBRN e se posicionou nas políticas públicas que são pertinentes. Guillermo Estupinã (WCS Brasil), faz parte da diretoria da Rede de Mosaicos de Áreas Protegidas (REMAP) e endossou o que foi já comentado sobre o ataque à governança no Governo passado. Enfatizou que alguns colegiados foram reinstalados, porém com participação ainda limitada, com representação da sociedade civil em minoria. Outros Colegiados, Conselho Nacionais, Comitês Nacionais serão reformulados considerando a ampliação da participação da sociedade civil. Guillermo informou que existe a possibilidade de reconhecimento de mosaicos incluindo Terras Indígenas, o que não é previsto na legislação vigente. A REMAP, criada em 2010, tem trabalhado em promover as discussões sobre Mosaicos, apoiando os processos de reconhecimento, fortalecimento e atualização dos limites de Mosaicos. Leila Matos comentou sobre a criação da RESEX Baixo Rio Branco-Jauaperis, em 2018, e como assumiu a chefia do NGI ICMBio Novo Airão em 2020, teve como prioridade abrir o processo de criação do Conselho Deliberativo da RESEX, sendo ele fundamental para a gestão da Unidade de Conservação de Uso Sustentável. Informou que ainda não tem recurso financeiro suficiente para promover as reuniões necessárias e levantamento de informações a fim de estabelecer o Conselho Deliberativo desta Unidade de Conservação. Com o apoio do RAMSAR, será possível iniciar a ida de uma equipe do NGI para iniciar as etapas previstas na Instrução Normativa para criação de Conselho Gestor. Enfatizou que, se em todos os territórios protegidos pudessem ser estabelecidos mosaicos, isto criaria um grande muro de proteção garantindo a conservação e a participação dos atores do território. Guillermo informa que há oportunidade de apoio financeiro para as agendas de governança, mobilização nos territórios de RAMSAR, Reserva da Biosfera e Mosaicos, e a integração desses territórios é uma agenda prioritária para recebimento de recurso. Marina chamou a atenção para a necessidade de recurso financeiro a fim de dar continuidade e apoio às reuniões do Conselho do MBRN e este fato é preciso ficar no radar das Instituições, como sendo um compromisso de todos os parceiros, para que o Conselho continue mobilizado. Zezinho ressaltou a importância de se ter políticas estruturantes de forma que as áreas protegidas gerem receita ao município no qual estão inseridas e citou o exemplo de Novo Airão, que tem um grande percentual de seu território constituído por Unidades de Conservação que, de certa forma, prejudicou as comunidades que moravam no local, exemplificando com o caso das famílias que residiam no rio Jaú e foram retiradas por conta da criação do PARNA Jaú. Propôs que se tenha um assento na Associação Amazonense dos Municípios (AAM). Pela colocação do Zezinho, a Leila falou que as unidades de conservação são patrimônios do povo brasileiro, é um grande ativo, e os municípios podem se beneficiar do ICMS Verde, que é uma oportunidade, inclusive Novo Airão, de se ter uma receita por conta dessas áreas protegidas. Enfatizou que o grande ativo de Novo Airão é o Uso Público, o Turismo de Base Comunitária e de Pesquisa. Entretanto, é necessário que a sociedade se sensibilize para a importância das áreas protegidas como patrimônio do povo brasileiro e não do ICMBio ou da SEMA, ressaltou ainda que as unidades de conservação podem trazer grandes benefícios econômicos, sociais e ambientais para a população local e todo o território em que estão inseridas. Zezinho se retratou dizendo que o PARNA Jaú é um bem para o mundo todo, mas é preciso saber como utilizá-lo para gerar renda local. Suzianne Fonseca de Oliveira (SEMINTUR) informou que a Prefeitura de Novo Airão contratou um escritório especializado para tentar conseguir receber o recurso do ICMS e falou que não é um processo sim, mas é uma agenda do município em acessar esses recursos disponíveis por conta de se ter Unidades de Conservação no território do município. Informou ainda que o município conseguiu uma parcela dos *royalties* do gasoduto. Marco Antônio reforçou a necessidade de recursos para dar continuidade às atividades do Conselho Consultivo do MBRN, bem como para as demandas do território, como: edição de uma nova Portaria, incluindo as quatro unidades de conservação que já pleitearam oficialmente a sua inserção no MBRN e foram aprovadas, sendo elas RESEX Baixo Rio Branco-Jauaperis, RDS Puranga Conquista, Parque Municipal da Cacimba, APA Tarumã-Ponta Negra; recategorização do PAREST Rio Negro Setor Norte e criação da RDS



Bom Jesus do Puduari, cujo processo foi arquivado pela Assembleia Legislativa; recomposição do Conselho Consultivo do MBRN, considerando a atuação das representações no território e a inserção de novas Unidades de Conservação no Mosaico. Marco Antônio chamou a atenção que até o final deste ano, esta recomposição precisa estar finalizada para submissão ao MMA. Em relação à aprovação de Ata, Marina reforçou que será retomado o procedimento de aprovação previsto em Regimento Interno, ou seja, apenas os Conselheiros Titulares ou Suplentes aprovam. **Como encaminhamento**, revisão das cadeiras do Conselho para posterior nomeação dos conselheiros; avaliação da efetividade e continuidade das Câmaras Técnicas. Sugestão de se ter uma oficina na próxima reunião de Conselho. Em seguida, Marco Antônio empossou a Kássia Lilian Macedo Gomes como conselheira representando o ICMBio no Conselho Consultivo do MBRN.

Sobre a **Reserva Extrativista do Baixo Rio Branco-Jauaperi**, Leila Matos explanou sobre o NGI ICMBio Novo Airão e as Unidades de Conservação Federal que estão inseridas neste NGI. A RESEX Baixo Rio Branco-Jauaperi é a mais nova Unidade de Conservação criada no Brasil e está inserida em dois Estados Amazonas e Roraima. Atualmente, a RESEX não tem o Conselho Deliberativo instituído e nem os documentos norteadores de gestão, por exemplo, o plano de manejo da Unidade, e o ICMBio, como Órgão Gestor tem a obrigação e competência de estabelecer estas ferramentas de gestão. No final de 2020, houve uma expedição para conhecer a Unidade e, em 2021, houve outra expedição para identificação das Instituições que atuam no território e tem algum envolvimento com a RESEX. Leila explicou que é preciso ter um processo interno para a criação do Conselho Deliberativo e há algumas etapas a serem concluídas para este fim, como a caracterização do território e seu uso (mapeamento do uso do território pelas comunidades). Por ser uma RESEX, espera-se que Conselho Deliberativo seja majoritariamente representativo das comunidades de seu interior, por ser o Fórum de decisão e encaminhamento das demandas, bem como espaço de manifestação das comunidades. A RESEX não está inserida no ARPA, porém já houve por parte do NGI uma manifestação à gerência do Programa ARPA para a inclusão da RESEX neste Programa. No momento, tem-se programado uma expedição à RESEX para a realização de 6 reuniões comunitárias, envolvendo todas as comunidades, para esclarecimento sobre a formação do Conselho Deliberativo, sua função, a representatividade dos atores sociais e governamentais, as responsabilidades dos conselheiros, etc. Leila informou que a RESEX tem grande potencial para o desenvolvimento do turismo com vários atores já atuando no território, como a AARJ representada pelo Paul Martin Clark. Paul, vice-presidente da AARJ, falou rapidamente que já existe atividades de geração de renda antes mesmo da criação da Unidade e agradeceu o apoio do ICMBio e do Conselho do MBRN por também dar a devida atenção à RESEX. Carlos Durigan fez um retrospecto da ocupação do território e de todo conflito com o povo indígena Waimiri-Atroari que ocorreu naquela localização e perguntou se o Paul e a Leila acham pertinente fazer uma mobilização entre as Instituições a fim de dar suporte à gestão da Unidade. Leila disse que é bem-vinda uma Rede de Instituições que auxiliem na gestão e informou que o rio Jauaperi encontra-se embargado para a pesca, sendo permitida apenas a pesca das comunidades. Atualmente, existe alguns projetos desenvolvidos pela AARJ, como o monitoramento de quelônios, algumas iniciativas de turismo de base comunitária. Como prioridade de gestão, Leila reforçou que é o estabelecimento do Conselho Deliberativa da RESEX para a deliberação de demandas com a participação das representações comunitárias.

Em relação à **Aprovação da Ata da 26ª Reunião do Conselho do MBRN**, Marina abriu para correção, alterações e posterior votação. A votação foi feita pelos conselheiros titulares e, na ausência destes, pelos suplentes e, ao final da votação, a Ata foi aprovada pelos conselheiros.

Como informes, tem-se: 1) Rodrigo Duarte (FVA) explanou sobre o projeto de pesquisa *Redes de conhecimento na Amazônia: as conexões em rede no Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro*, pela UFAM, apresentando os objetivos de sua monografia; 2) Carlos Durigan falou sobre o processo de firmar o Acordo de Cooperação Técnica entre a WCS Brasil e o ICMBio para envolvimento em acordos de pesca e aplicação do



aplicativo Ictio que é voltado para o registro das atividades pesqueiras, ações de monitoramento dos quelônios considerando o consumo pelas comunidades, construção da iniciativa de turismo de base comunitária na comunidade Cachoeira (PARNA Jaú). Carlos informou que também estão em busca de recurso financeiro para retomar as discussões das redelimitações do PARNA Jaú e RESEX do Rio Unini; 3) Leila Matos informou que o plano de manejo do PARNA Jaú foi revisado, considerando o território quilombola e áreas divergentes onde situam as comunidades e, no momento, aguarda por sua publicação pelo presidente do ICMBio; 4) Os jovens protagonistas que fazem parte do Conselho do MBRN, Evilásio D. Souza e xxx, explanaram sobre a participação dos jovens nas oficinas de capacitações conduzidas pelo Marcos Pinheiro e sobre a participação na Rede Brasileira da Biosfera. Marco Antônio declarou empossados os jovens que farão parte do Conselho do MBRN; 5) Nailza informou que o IPE foi convocado pelo BNDES a reapresentar a proposta aprovada em 2018, tendo como parceiro a Rede Maniva. A proposta foi readequada e atualização como sugerido pelo BNDES e é uma oportunidade para ativar as atividades no território da Rede Tucumã que faz parte da Rede Maniva. Sobre o projeto Navegando Educação Empreendedora na Amazonia, foi aprovada segunda fase que contempla o monitoramento e avaliação junto com os empreendedores que foram contemplados com investimento semente, em 2022, bem como a formalização dos empreendedores. Em relação ao Caminhos do Rio Negro, haverá o segundo Congresso de Redes Brasileira de Trilhas e seria interessante ter a apresentação de casos de sucesso desenvolvidos nas Unidades de Conservação estaduais; 6) Viceli fez o convite para participar do Projeto Jogos na Floresta que ocorrerá nos dias 20 e 21 de maio, na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; 7) Fabiano agradeceu à equipe da FVA e aos participantes e informou que, possivelmente, haverá duas reuniões do Conselho com o apoio do projeto LIRA. **Como encaminhamento**, tem-se a proposta de data para a próxima reunião do Conselho: na semana de 17 a 21 de julho; definição de quem do NGI Novo Airão continuará com o trabalho no Caminhos do Rio Negro que era conduzido pela Josângela Jesus; definição de quem na SEMA estará envolvido no Caminhos do Rio Negro. Por fim, Marco Antônio agradeceu a participação de todos, de forma presencial e virtual, e deu-se por encerrada a reunião do Conselho Consultivo do Mosaico do Baixo Rio Negro.